

Habeas data

MEMÓRIA DA JUSTIÇA FEDERAL, MEMÓRIA DO BRASIL



Inicial do habeas corpus impetrado em 1914 pelo senador e jurista Ruy Barbosa, contra ordem do presidente Hermes da Fonseca, que proibira a publicação de um discurso seu no jornal O Imparcial, em razão do estado de sítio decretado no Rio de Janeiro. Os autos fazem parte do acervo do Arquivo Judicial, em São Cristóvão.

Nesta edição,
encarte especial
Nova Administração

Expediente

Tribunal Regional Federal da 2ª Região



Presidente:

Desembargador federal PAULO ESPIRITO SANTO

Vice-Presidente:

Desembargadora federal VERA LÚCIA LIMA

Corregedor da Justiça Federal:

Desembargador federal SERGIO SCHWAITZER

Desembargador federal PAULO FREITAS BARATA

Desembargadora federal TANIA HEINE

Desembargador federal ALBERTO NOGUEIRA

Desembargador federal FREDERICO GUEIROS

Desembargador federal CARREIRA ALVIM

Juiz Federal convocado MARCELO PEREIRA

Desembargadora federal MARIA HELENA CISNE

Desembargador federal CASTRO AGUIAR

Desembargador federal ANTÔNIO CRUZ NETTO

Desembargador federal FERNANDO MARQUES

Desembargador federal RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

Desembargador federal SERGIO FELTRIN CORRÊA

Desembargador federal ANTONIO IVAN ATHIÉ

Juiz federal convocado ALUÍSIO MENDES

Desembargador federal POUL ERIK DYRLUND

Desembargador federal ANDRÉ FONTES

Desembargador federal REIS FRIEDE

Desembargador federal ABEL GOMES

Desembargador federal LUIZ ANTONIO SOARES

Desembargador federal MESSOD AZULAY NETO

Desembargadora federal LILIANE RORIZ

Desembargadora federal LANA REGUEIRA

Desembargadora federal SALETE MACCALÓZ

Desembargador federal GUILHERME COUTO

Desembargador federal GUILHERME CALMON

Juiz federal convocado JOSÉ ANTONIO NEIVA

Diretor Geral: LUIZ CARLOS CARNEIRO DA PAIXÃO

Ano XIII - nº 70 - Jan / Fev / Mar 2009

Assessora de Comunicação Social
Ana Sofia Brito Gonçalves

Redação
André Camodego e Marcelo Ferraz

Diagramação, Impressão e Acabamento
Divisão de Produção Gráfica e Editorial - Digma/Sed

Projeto Gráfico
Renata Möller e Rodrigo Melo

Revisão
André Camodego

Para mais notícias e a versão eletrônica
do Habeas Data, visite o site www.trf2.gov.br

Desembargador federal Guilherme Calmon lança três novos livros



O desembargador federal e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Guilherme Calmon Nogueira da Gama, lançou simultaneamente, em novembro de 2008, os livros "Direito Civil - Família", "Direito Civil - Obrigações" e "Princípios Constitucionais de Direito da Família".

No primeiro, o autor aborda a redescoberta da valorização da pessoa humana como referência central e máxima do ordenamento jurídico, que impôs grandes mudanças na função e na concepção das novas famílias. No segundo, o desembargador observa que a relação obrigacional deve se fundar nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social, excluindo a visão do Direito das Obrigações como o "Estatuto do Credor". Na última obra, ele adotou a metodologia civil-constitucional na abordagem dos princípios de Direito de Família, descando sua aplicação às crianças, aos adolescentes e aos idosos. ■

TRF2 tem quatro novos integrantes

"Prometo desempenhar com retidão as funções do cargo, cumprindo a Constituição e as leis". Com a leitura do compromisso público, tal como é definido no artigo 79 da Lei Orgânica da Magistratura (a Loman), e a assinatura do termo de posse, Lana Maria Fontes Regueira, Salete Maria Polita Maccalóz, Guilherme Couto de Castro e Guilherme Calmon Nogueira da Gama tornaram-se, no dia 17 de dezembro, os mais novos membros do TRF2. Os desembargadores federais assumiram o cargo nas vagas deixadas por Julieta Lunz, Ricardo Regueira, Rogério de Carvalho e Benedito Gonçalves, respectivamente. Julieta Lunz e Rogério de Carvalho se aposentaram em 2007. O desembargador Regueira faleceu em julho de 2008. E Benedito Gonçalves exerce a magistratura como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde setembro do ano passado.

Conduzindo a solenidade, que contou com a

presença de diversas autoridades, servidores, amigos e familiares dos novos integrantes do Tribunal, o presidente do TRF, desembargador federal Castro Aguiar, felicitou os empossandos: "Espero que suas trajetórias nesta Corte sejam marcadas pelo mesmo brilhantismo que pontuou as carreiras de cada um dos senhores até hoje, e que sejam elas repletas de felicidades, na santa paz de Deus".

Os recém-empossados, que já atuavam na primeira instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro, passam a integrar agora o quorum da 4ª Turma Especializada (desembargadora federal Lana Regueira), encarregada de apreciar matéria tributária, da 6ª Turma Especializada (desembargadores federais Guilherme Couto e Guilherme Calmon), que trata de matéria administrativa, e da 7ª Turma Especializada (desembargadora federal Salete Maccalóz), que igualmente cuida de matéria administrativa. ■



A partir da esquerda: Guilherme Calmon, Guilherme Couto, Salete Maccalóz, Lana Regueira e Castro Aguiar

A solenidade contou com a presença de amigos, familiares e diversas autoridades



Fotos: Luiz Guilherme Fernandes



Espírito Santo lança projeto “Justiça Federal, muito prazer”

A Turma Recursal do Espírito Santo (TR/ES), em parceria com a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória, realizou, no dia 29 de outubro, no Centro de Convivência da 3ª Idade de Jardim da Penha, Vitória, o seminário: “Justiça Federal, muito prazer”.

O evento contou com quatro palestras: “O que é a Justiça Federal?”, “Como funcionam os Juizados Especiais Federais?”, “Os benefícios previdenciários dos idosos” e os “Os Direitos Humanos dos Idosos”.

Coordenado pelo Juiz Federal Wladimir Santos Vitovsky, presidente da Turma Recursal do Espírito Santo, o seminário foi o primeiro passo de diversas outras ações que pretendem aproximar a Justiça Federal – através dos Juizados Especiais Federais e da Turma Recursal – e esses clientes mais que especiais. ■

Diretoria do Centro de Informações e Pesquisa da Embaixada dos Estados Unidos da América visita biblioteca do TRF



Foto: Luiz Guilherme Fernandes

A diretora do Centro de Informações e Pesquisa da Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília, Wendy Zaman, visitou a biblioteca do TRF2 no dia 13 de janeiro. Ela foi guiada na visita pela diretora da Divisão de Biblioteca do Tribunal, Débora Cordeiro, para conhecer não só as instalações e acervo da instituição, mas também para conferir alguns dos projetos desenvolvidos pelo setor para seus usuários. Entre esses projetos, está

a criação da sala de acessibilidade (vide matéria da página 7).

Com mais de duas décadas de experiência na área e já tendo atuado nos Centros de Informação e Pesquisa americanos na Índia, Bangladesh, Nepal, Sri Lanka, Venezuela, Colômbia e Paraguai, Wendy Zaman se mostrou impressionada com o tratamento dado ao acervo bibliográfico do Tribunal, bem como com as iniciativas desenvolvidas pela instituição. Durante a visita, ela fez uma doação para a Corte de alguns trabalhos, entre eles um catálogo das obras de arte que compõem o acervo da Embaixada dos EUA em Brasília e dois CDs com textos sobre Direito comparado americano e brasileiro e sobre direitos autorais, entre outros temas. ■

Palestras discutiram futuro da Justiça

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro apresentou nos dias 24 e 25 de novembro o seminário “O Futuro da Justiça Federal: Modernidade, Clima Organizacional e Qualidade de Vida no Trabalho”. Foram três palestras com o objetivo de sensibilizar os servidores para o novo cenário de modernidade que vem se instalando na Justiça Federal e refletir sobre mudanças e impactos na qualidade de vida no trabalho.

A palestra de abertura “Teoria, Prática e Atuação” foi ministrada pela juíza federal Paula Patrícia Provedel Mello Nogueira. Comparando a música de Bob Dylan sobre as mudanças contínuas no tempo ao sistema do judiciário, a magistrada disse que o serviço público de pacificação de conflitos deve a se aprimorar e nada tira o mérito dessa tentativa. Ela acrescentou que, ao mesmo tempo, as pessoas precisam estar capacitadas para trabalhar com as novas tecnologias.

“A ação é mais importante que a contemplação” foi o que lembrou na segunda palestra o analista judiciário, Alexandre Marques Correa. Ele afirmou que a comunicação é tão importante para a organização no trabalho que

pode ser considerado equivalente a ela. De acordo com o analista, a comunicação também contribui para detectar sinais de motivação ou descontentamento, fortalecer parcerias e ainda criar estratégias de negociação de melhorias. Uma música, um ambiente de trabalho agradável e um bom relacionamento com os colegas fazem a diferença no clima organizacional e na qualidade de vida.

O chefe do setor de comportamento organizacional, Luiz Carlos Cassano Júnior, também palestrou sobre a importância do gestor como agente da mudança e motivador da equipe. Luiz Carlos acredita que a informatização precisará ser acompanhada de um modelo de gestão mais humanizada e racional, isto é, uma mudança estrutural que pense e melhore o trabalho.

Os três ainda falaram da implantação do sistema E-JUD, o sistema processual único da justiça federal. O programa terá avanços consideráveis em comparação ao atual, pois está sendo desenvolvido com ajuda dos próprios usuários. Com a mudança, os palestrantes esperam que o produto da justiça federal será mais célere e com maior qualidade. ■



O primeiro presidente da Ajuferjes, Fabrício Fernandes de Castro, fala para seus pares durante a posse

Foto: Secom/SJR

Segunda Região ganha associação de juizes federais

No dia 18 de dezembro de 2008 foi eleita e empossada a primeira diretoria da recém-criada Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Ajuferjes). A instituição tomou corpo jurídico no dia 10 de novembro, ao ser oficializada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. A partir daí, a presidência vinha sendo presidida pelo desembargador federal Paulo Barata. Com a realização da eleição, o cargo passa a ser ocupado pelo juiz federal Fabrício Fernandes de Castro.

A nova associação tem caráter regional e, além de estimular a cultura do Direito, tem entre seus objetivos a defesa judicial e extrajudicial de seus associados, assim como a busca por soluções de conflitos, tentando aprimorar as condições e a dignidade do exercício de suas atribuições.

Como defendeu o juiz Fabrício Fernandes de Castro, da 26ª Vara Federal do Rio, “a associação da Segunda Região terá duas faces: uma delas representa o trabalho de defesa institucional da Magistratura e do poder Judiciário, uma função inserida no próprio estado democrático de direito. A outra, como toda associação, é a da defesa de seus associados”.

A idéia de uma regional surgiu como apoio à entidade nacional, a AJUFE: “Faltava um órgão regional que congregasse a classe, que discutisse os problemas comuns da classe e levasse esse problemas à associação nacional para que ela pudesse, então, junto aos

poderes competentes, funcionar como o preposto das associações regionais”, esclareceu o desembargador federal Paulo Barata. A idéia é que ela preste auxílio e proteção aos magistrados na defesa das prerrogativas do cargo e não de prerrogativas individuais, para que seja possível o exercício independente e autônomo de suas funções. ■

VEJA COMO FICA A PRIMEIRA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DA AJUFERJES

Conselho Executivo:

- Presidente Fabrício Fernandes de Castro
- Vice-Presidente Administrativo Aluisio Gonçalves de Castro Mendes
- Vice-Presidente Cultural e Social Sandra Meirim Chalu Barbosa de Campos
- Vice-Presidente do Espírito Santo Américo Bedê Gomes Freire Júnior
- Diretor Tesoureiro Walner de Almeida Pinto
- Diretor Secretário José Arthur Diniz Borges

Conselho Fiscal:

- Lílea Pires de Medeiros
- Caroline Medeiros e Silva
- José Luís Castro Rodriguez



Foto: André Carmodego

Desembargadores do TRF2 em visita ao arquivo histórico

Memória da Justiça Federal, memória do Brasil

Quatro anos de pesquisa no Arquivo Judicial da Justiça Federal rendem vasta produção acadêmica

Quatro livros, quase uma dezena de monografias de graduação, pelo menos uma dissertação de mestrado, alguns trabalhos de qualificação de doutorado e dúzias de artigos e apresentações feitas em seminários e congressos no Brasil e em Portugal. O saldo em produção acadêmica derivada do material pesquisado no Arquivo Geral da Justiça Federal na 2ª Região é, nas palavras da professora Gladys Ribeiro, “no mínimo impressionante”. Doutora em História e docente da Universidade Federal Fluminense, ela orienta grupos de alunos que trabalham desde 2004 nos processos judiciais arquivados no prédio localizado no Bairro Imperial de São Cristóvão, próximo à zona portuária do Rio de Janeiro: “É impossível enumerar o volume e a qualidade das informações que se pode extrair para a pesquisa em História. Questões como a inserção do imigrante no Brasil a partir do final do século 19, o desenvolvimento das relações de trabalho, da tecnologia e da indústria, as mudanças nas estruturas familiares, o papel da mulher... tudo isso e muito mais está presente naqueles processos”, diz a estudiosa.

Ao longo desses quatro anos, professores, técnicos e alunos das faculdades de História, Direito e Arquivologia da UFF vêm organizando, selecionando e classificando processos judiciais ajuizados a partir do primeiro ano da República Velha, inaugurada em 1889. Iniciada em 2004, a organização do arquivo faz parte de um projeto para preservação da memória institucional da Justiça Federal desenvolvido graças a um convênio firmado entre o TRF2, as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e a universidade. A gestão desse convênio, renovado em agosto de 2008, fica a cargo do desembargador federal Paulo Barata, que preside a comissão - composta de desembargadores, juízes e servidores - responsável por gerenciar a execução do programa de memória institucional.

O projeto prevê a análise e indexação dos documen-

tos que cobrem os quase 17 quilômetros de prateleiras que ocupam o arquivo. O material riquíssimo permite pesquisas não só sobre os institutos jurídicos e sobre a jurisprudência desses cem anos de atuação da Justiça Federal, mas também sobre temas de interesse das mais diferentes disciplinas que podem ser encontrados nessas dezenas de milhares de causas julgadas: da Arquitetura à Sociologia; da Medicina Sanitária à Ciência Política.

O trabalho conduzido por professores e alunos da UFF é coordenado pelo professor Edson Alvisi Neves, do Centro de Estudos Sociais Aplicados, em parceria com o professor de Direito José Ribas Vieira, com a diretora do Núcleo de Documentação da universidade, Maria da Penha Franco Sampaio, e, é claro, com a professora Gladys Ribeiro. O projeto está dividido em três frentes. Uma delas é a construção, em um terreno contíguo ao arquivo judicial, de um Centro de Documentação e Pesquisa da Justiça Federal, que deverá abrigar os processos com importância histórica ou que sejam relevantes para pesquisadores do Direito e de outras disciplinas. A idéia é que o acervo seja franqueado ao público, mas que também seja digitalizado para acesso pela internet.

A outra frente é o registro de memória oral, que inclui a gravação, em áudio e vídeo, de entrevistas com os magistrados e servidores mais antigos, principalmente os que participaram do processo de recriação da Justiça Federal há 40 anos, após a edição da Lei nº 5.010, de 1966 (a JF havia sido extinta durante o governo de Getúlio Vargas).

A terceira vertente do projeto é a classificação, em si, dos processos judiciais iniciados desde a proclamação da República. É essa que tem rendido a prolífica produção acadêmica citada no início da matéria. Trabalhos como “O imigrante e a imigração portuguesa no acervo da Justiça Federal, 2ª Reg. - Rio de Janeiro (1890-1930)”, “O povo na rua e na justiça,

cidadania e luta por direitos: 1889-1930”, “O papel do judiciário nas reformas urbanas e sanitárias do Rio de Janeiro (1904-1914)”, “Brasileiros e cidadãos: a modernidade política (1822 a 1930)” e “Diálogos entre o Direito e a História” (este ainda no prelo, com previsão de lançamento para o segundo semestre de 2009) são alguns dos muitos já assinados por Gladys Ribeiro e sua equipe. Sem falar no livro “Autos da memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal”, que foi publicado pela Divisão Gráfica do próprio TRF2 em 2006, e cujos capítulos foram escritos conjuntamente pela professora e pelas especialistas em Ciência da Informação, Clarice Muhlethaler de Souza, Solange Barbosa Bittencourt e Patrícia Longhi e pela jornalista Maria do Socorro Branco. Aliás, esta obra, que abrange a produção judicial entre 1890 e 1937, teve depois um segundo volume, englobando o período até 1974.

A complexidade do trabalho de classificação e indexação dos processos é, por si mesma, tema de palestras apresentadas em encontros de Arquivologia, História e Biblioteconomia. As especificidades da tarefa exigiram a criação de uma metodologia e de uma nomenclatura arquivística próprias, feitas sob medida

para o projeto em andamento no Bairro Imperial de São Cristóvão, já que a catalogação de processos judiciais para fins de pesquisa é inédita. Foi por isso que o projeto acabou recebendo menção honrosa, na pessoa do desembargador federal Paulo Barata, em um congresso realizado em Portugal, há pouco mais de dois anos.

Por outro lado, esse ineditismo acabou gerando interesse em outras instituições de ensino, como a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e até a Universidade do Minho, no norte de Portugal, que têm firmado parcerias para repercutir e ampliar as pesquisas e os dados já obtidos a partir do acervo do Arquivo Judicial da Justiça Federal: “É uma grande alegria constatar que o que era um desafio se tornou um primoroso trabalho acadêmico, que poderá ser usufruído por estudiosos, mas também por toda a sociedade”, afirma Paulo Barata, que ainda tem a expectativa de que, no futuro, sejam criadas na Justiça Federal vagas específicas para servidores com formação nas áreas de pesquisa, a fim de que o Centro de Documentação e Pesquisa tenha em seu quadro cientistas exclusivamente dedicados à preservação da memória institucional que é, afinal, uma parte da memória do próprio país. ■

Biblioteca do TRF2 terá centro de acessibilidade para pessoas com deficiência

A Divisão de Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 2ª Região está empenhada em criar meios que possibilitem a pessoas com deficiência terem acesso ao seu acervo, bem como às palestras e aulas da Escola da Magistratura Regional Federal (EMARF). A idéia é criar uma sala de acessibilidade, onde seja facilitada a circulação de cadeirantes e que seja dotada com equipamentos especiais, como computadores com teclados em braile e “headphones”, para que deficientes visuais possam ouvir os conteúdos produzidos pela Escola.

Atualmente, a biblioteca do TRF-2, que funciona no 8º andar da Corte, tem em seu acervo cerca de 45 mil títulos, sendo 10 mil livros, 40 obras raras, vários periódicos, e material de multimídia. Para atender os deficientes visuais e pessoas com outras deficiências, está prevista a compra de programas de informática capazes de converter arquivos de voz em textos escritos e de fazer o inverso, transformando material redigido em arquivos sonoros. Além disso, serão adquiridos dicionários de libras e equipamentos para impressão em braile.

Ainda, para compor o acervo adaptado será feita a edição de audiolivros; a proposta é começar pela produção intelectual dos próprios magistrados da 2ª Região, com a gravação em CD de livros e artigos de desembargadores e juízes federais.

Foi também pensando nos cadeirantes que o TRF-2, recentemente, instalou corrimãos na rampa de entrada do prédio para facilitar o acesso. Já na biblioteca, eles têm um bom espaço para circular, inclusive entre os corredores de

prateleiras de livros, que foram projetados sob medida.

O projeto do Tribunal é baseado num modelo de sucesso desenvolvido pelo Senado Federal. Além disso, ele leva em consideração diagnósticos de bibliotecas feitos por universidades e também prevê entrevistas a usuários da biblioteca que tenham deficiência, para que eles próprios sugiram as adaptações necessárias. Com esse mesmo intuito, o projeto inclui um levantamento junto à Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (os advogados, junto com servidores da Justiça Federal, estagiários e estudantes de direito constituem a maioria do público que frequenta a biblioteca do Tribunal), para saber o número de profissionais que têm alguma deficiência. Em seguida, deverá ser realizada uma pesquisa direta com esse público para ouvir deles quais medidas deveriam ser tomadas para preparar a sala de acessibilidade.

A diretora da Divisão de Biblioteca do TRF2, Débora Cordeiro da Costa, destaca que esses estudos são importantes, para garantir a eficácia do projeto e para evitar problemas, como os que ela sabe terem ocorrido em experiências semelhantes implantadas em outras bibliotecas: “Sabemos de bibliotecas em que pessoas sem essas necessidades especiais acabavam ocupando as estações adaptadas, para consultar o material em áudio, dificultando o acesso das pessoas para quem o espaço foi efetivamente criado. Para que isso não aconteça aqui, o Tribunal terá também um telecentro na sala de leitura (que fica no 22º andar), onde estará disponível o material multimídia da EMARF para o público em geral”, explica. ■



TRF2 conclui mutirão de conciliação com 86,35% de acordos

O mutirão de conciliação realizado em dezembro no TRF2 terminou com um saldo 86,35% de acordos, nas quase 650 audiências realizadas entre os dias 1º e 12. O índice supera muito a média brasileira de acordos no Judiciário, que pouco passa dos 30%. Todas as audiências realizadas no TRF referiram-se a demandas envolvendo contratos de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). As causas questionam reajustes das prestações da casa própria aplicadas pela Caixa Econômica Federal. As distorções que levaram ao ajuizamento das ações teriam sido causadas pelos sucessivos planos econômicos implantados no Brasil até a década de 1990.

Morador do condomínio Colinas do Retiro, em Bangu, um dos seis conjuntos habitacionais populares da zona oeste do Rio incluídos no mutirão de conciliação do SFH (além de Bangu, foram incluídos no projeto empreendimentos imobiliários de Campo Grande e Jacarepaguá), o administrador de empresas Renato Palhares Braz de Souza comemora o acordo que vai livrá-lo de uma dor de cabeça de 10 anos. Desde 1998 ele vem depositando em juízo a parte incontroversa das prestações cobradas pela Caixa Econômica Federal (CEF). Foi por essa época que ele começou a questionar os reajustes aplicados pelo banco. O problema é que o imóvel está avaliado em cerca de R\$ 37 mil, mas o saldo devedor passava de R\$ 100 mil. Com o acordo, a quitação poderá ser feita com apenas R\$ 600: “Tive uma ótima experiência com a Justiça Federal. O atendimento foi muito bom e muito rápido”.

Quem também elogia a atuação do TRF é a advo-

gada Maria das Graças Correia Lima de Andrade, que representa 525 mutuários participantes desta edição do projeto. Ela lembra que os termos das propostas apresentadas pela CEF e pela Emgea (Empresa Gestora de Ativos, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda encarregada de adquirir e administrar bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da administração pública federal) são convidativos para os compradores dos imóveis e que os valores são acessíveis, mesmo para os mutuários de baixa renda: “Estamos juntos promovendo a solução de um problema antes de tudo social e que tem relação com o bem-estar das pessoas. A Justiça Federal está colaborando muito e a Caixa Econômica está fazendo a parte dela. A instituição adquiriu uma nova percepção e mudou, para o bem de todos”.

E por falar em comemoração, foi com esse tom que se realizou no dia 11 de dezembro a entrega dos certificados de quitação das dívidas com o SFH a cinco dos mutuários que fecharam acordos durante o mutirão do TRF. Numa solenidade realizada no Tribunal, que contou com a presença de diversas autoridades, eles receberam os documentos das mãos da desembargadora federal Tania Heine, que dirige o Núcleo de Conciliação do TRF2, do corregedor-geral da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal Sergio Feltrin, da juíza federal Fátima Novelino, que atua na Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, do diretor de recuperação de créditos da Emgea, Eugen Smarandescu, e do gerente operacional da CEF, Willians de Paula Pereira, que representou, na



Foto: Sérgio Costa

A partir da esquerda, Sergio Feltrin, Tania Heine, Fátima Novelino, Willians Pereira e Eugen Smarandescu ladeiam o púlpito, de onde discursa a mutuária Rita Araújo Cruz...

ocasião, a Superintendência Regional do banco.

A faxineira Rita Araújo Cruz foi um desses mutuários homenageados no TRF. Nordestina, ela disse que chegou a morar na rua, quando se mudou para o Rio de Janeiro, em busca de trabalho. Sua contenda com a CEF levou à acumulação de um saldo devedor de quase R\$ 221 mil. Com o acordo, a quitação foi efetuada com o pagamento de uma única parcela de R\$ 9,5 mil: "Ter conseguido essa chave que agora eu seguro na mão é um sonho. É uma grande honra". Para o presidente do TRF2, desembargador federal Castro Aguiar, a honra é mútua. Abrindo a solenidade, o magistrado afirmou que a parceria com a CEF e com a Emgea é que garantiu a oportunidade de "realizar esse trabalho social gigantesco, que dignifica à Corte e a todos nós, juízes". Castro Aguiar também destacou que a Emgea e a CEF têm mantido contato permanente com o Tribunal, sempre com o intuito de buscar soluções para os jurisdicionados e de dar efetividade a ações, como o mutirão de conciliação.

Comparado com a edição de dezembro do ano passado, o crescimento do projeto é mais do que significativo: na ocasião foram analisados 105 contratos, dos quais 62 resultaram em acordos. A última vez que a 2ª Região promoveu um mutirão com mutuários do SFH foi em abril de 2008, quando entraram em pauta 115 contratos, sendo que foram formalizados 51 acordos. Para a desembargadora federal Tania Heine, o mutirão tem um tríplice efeito, já que "saem ganhando a Justiça, que desafoga a pauta dos juízes, a Caixa Econômica Federal, que consegue receber recursos dados como perdidos, e, principalmente, os mutuários, que zeram suas dívidas e acabam com o problema que há anos os perturbavam".

Capitais e interior fazem balanço do projeto

O mutirão de conciliação de dezembro marca a participação da 2ª Região na 3ª edição do Movimento Nacional pela Conciliação, um programa lançado pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ. Como nos outros anos, as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo também tiveram uma (expressiva) participação no evento. As 2ª, 5ª, 6ª, 10ª, 12ª, 14ª, 20ª, 24ª e 27ª Varas Federais Cíveis da capital fluminense, realizaram um mutirão igualmente durante as duas semanas entre 1º e 12 de dezembro. Na ocasião, foram apreciados 374 processos que discutem a correção de poupanças da Caixa Econômica

Federal e anuidades da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O trabalho resultou em 248 acordos, ou seja, 66,31% do total, somando mais de R\$ 2,3 milhões em valores homologados.

Começando na mesma data, 1º de dezembro, e se estendendo até o dia 5, os Juizados Especiais Federais do Rio de Janeiro, de São João de Meriti, de Volta Redonda, de Niterói, de Duque de Caxias, de Campos (no Rio de Janeiro), de Vitória, de Colatina, de Cachoeiro de Itapemirim, de São Mateus e de Linhares (no Espírito Santo) apreciaram processos que cuidam de diversas matérias e que foram ajuizados contra a CEF e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – nos dois casos, os processos são referentes a responsabilidade civil - e o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), questionando a concessão e a revisão de pensões e aposentadorias. Já as Turmas Recursais fluminenses e a Turma Recursal capixaba trabalharam na conciliação de 280 processos, sobre variados temas, chegando a quase R\$ 194 mil a composição dos valores acordados.

Na Justiça Federal do Espírito Santo, mais de 300 audiências foram realizadas, tendo sido obtidos 220 acordos, que representam cerca de 70% do total, e correspondem a mais de R\$ 850 mil em valores homologados. Além disso, a Vara de São Mateus promoveu um mutirão de perícias, com os médicos da Procuradoria Federal Especializada do INSS. Foram realizadas 96 perícias nas dependências da própria Vara, das quais nove resultaram em propostas de acordo (destas, oito já foram homologadas por sentença). ■

“Tive uma ótima experiência com a Justiça Federal. O atendimento foi muito bom e muito rápido”, Renato Palhares Braz de Souza, administrador de empresas.



...que comemora o fato de ser definitivamente dona de seu apartamento

Foto: Sérgio Costa



Exposição no CCJF conclui projeto “200 anos - Da Corte à Corte”

28 de janeiro de 1808. Uma carta endereçada ao conde da Ponte manda abrir as alfândegas brasileiras, permitindo a entrada de mercadorias estrangeiras e o envio de produtos nacionais mundo afora. Assina João, príncipe regente do Brasil. A “carta de abertura dos portos” é um marco na história brasileira: a partir daí, a colônia mudou para sempre e começou a se preparar para a independência. E essa carta é uma das peças originais do acervo da Biblioteca Nacional que puderam ser apreciadas durante a exposição que ficou em cartaz de 11 de dezembro a 25 de janeiro, e que concluiu o projeto cultural “200 anos - Da Corte à Corte: o Rio de Janeiro, o STF e mais quatro instituições que reinventaram o Brasil”.

O projeto foi lançado pelo TRF2 em 2008, para, em primeiro lugar, marcar a criação da Casa de Suplicação, ainda 1808, evento que é reconhecido como o início da história do Judiciário independente no Brasil, mas também para lembrar a virada civilizatória ocorrida na então colônia brasileira com a chegada da Família Real de Portugal, e, ainda, para homenagear algumas das instituições que completaram seu primeiro bicentenário no ano passado: além do Supremo Tribunal Federal (STF), são referências do projeto o Corpo de Fuzileiros Navais, a Fundação Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Imprensa Nacional. Na mostra, destacaram-se, entre outros documentos, o mapa

original da entrada da Baía de Guanabara, de 1775, onde aparece a Ilha das Cobras, local da 1ª sede dos Fuzileiros Navais, a obra “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, de Debret, o 1º número da Gazeta do Rio de Janeiro (fundado em 10 de setembro de 1808, foi o primeiro jornal do Brasil, publicado pela Imprensa Régia), fotos da década de 1860, de Castro y Ordoñez que fez parte da Comissão Científica destinada ao Pacífico e o alvará de criação da Casa da Suplicação, de 10 de maio de 1808, assinada, é claro, por dom João VI.

O projeto “Da Corte à Corte” foi aprovado pelo Ministério da Cultura, o que permitiu a captação de recursos para sua realização, através da Lei Rouanet. O primeiro evento da sua programação ocorreu em maio de 2008, quando foi realizado um concerto com a Banda dos Fuzileiros Navais, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Na ocasião, foi gravado um DVD da apresentação. No final de agosto aconteceu o seminário que levou o mesmo nome do projeto, e que contou com palestras dos ministros do STF Gilmar Mendes e Célso Borja, do príncipe dom João de Orleans e Bragança, do senador Bernardo Cabral, do diretor-geral do Arquivo Nacional Jaime Antunes, do professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Luiz Edmundo Tavares, entre outras autoridades e pesquisadores.



O curador da exposição, João Coelho



Já no dia da inauguração da exposição no CCJF, houve o lançamento do livro, também intitulado “200 anos - Da Corte à Corte: o Rio de Janeiro, o STF e mais quatro instituições que reinventaram o Brasil”, que trata não só da história do STF, como das outras quatro instituições homenageadas. Como consta do projeto aprovado pelo Ministério da Cultura, exemplares de todo o material produzido, ou seja, do livro e do DVD, foram distribuídos para instituições de ensino e bibliotecas públicas.

A partir de 10 de maio de 1808, quando dom João VI assinou o alvará que criou a Casa de Suplicação do Brasil, os recursos contra decisões judiciais proferidas no país deixaram de ser enviados para Lisboa e passaram a ser resolvidos aqui mesmo. Com a volta do rei para Portugal, em 1821, houve uma tentativa de extinguir o tribunal brasileiro, para forçar a volta da dependência política e institucional da metrópole. Esse fator foi determinante para apressar a proclamação da independência por dom Pedro I, a quem

Afonso Arinos de Melo Franco se referia como um “obcecado pelo constitucionalismo”. Tanto é que o imperador, que em 1823 ordenou o fechamento da Assembléia Constituinte, em 25 de março de 1824

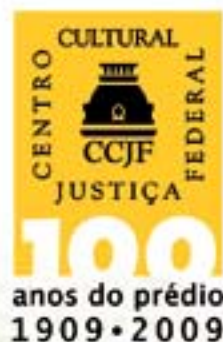
No dia da inauguração da exposição no CCJF, houve o lançamento do livro, também intitulado “200 anos - Da Corte à Corte: o Rio de Janeiro, o STF e mais quatro instituições que reinventaram o Brasil”, que trata não só da história do STF, como das outras quatro instituições homenageadas.

já outorgava a primeira Carta Política do Brasil. O papel do STF, como condutor do Judiciário do Brasil, desde seu primeiro formato, ainda como Casa de Suplicação, bem como a história das constituições brasileiras, da outorgada por dom Pedro I até a “Constituição Cidadã” de 1988, foram o foco principal do livro, da exposição e do seminário que integraram o projeto “Da Corte à Corte”. Por outro lado, a Imprensa Nacional, o Corpo de Fuzileiros Navais, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro foram incluídos no programa por representarem o marco histórico fincado no

Brasil com a transferência de dom João VI para a colônia, a aceleração do processo político que levou à independência do país e a guinada civilizatória do Rio de Janeiro como sede do império durante 13 anos, de 1808 a 1821. ■



Fotos: Sérgio Costa



CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL

CENTENÁRIO DO PRÉDIO

O prédio do CCJF foi inaugurado em 31 DE MARÇO DE 1909, como sede do Supremo Tribunal Federal no Rio de Janeiro. Foi projetado pelo arquiteto Adolpho Morales de Los Rios, e é um dos mais importantes exemplos da arquitetura eclética na cidade. Nestes quase 100 anos, o CCJF abrigou o Tribunal de Alçada e Varas da Justiça Federal de 1ª Instância. Passou por sete anos de minuciosa restauração até ser entregue aos cariocas como **CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL**, o primeiro espaço de cultura subsidiado pelo Poder Judiciário no Brasil.

HOJE, o CCJF recebe em média 350 visitantes/dia, e está consolidado como uma das melhores opções de cultura e entretenimento no Centro do Rio.

Chegar aos **100 ANOS** com esta vitalidade não é para qualquer um!



Centro Cultural Justiça Federal
Av. Rio Branco, 241 Centro
CEP 20040-009 Rio de Janeiro RJ

De terça a domingo, das 12h às 19h
(55 21) 3261-2550
(55 21) 3261-2565 (bilheteria)

www.cjf.trf2.gov.br

